

## O IMPÉRIO PERSISTE? ECONOMIA DE MERCADO E ABORDAGENS ALTERNATIVAS, UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA INTERPARADIGMÁTICA

Maria Valesca Damásio<sup>1</sup>  
Dimitri Leonardo S. de Oliveira<sup>2</sup>  
Franklin Carlos Cruz da Silva<sup>3</sup>  
Marcelo Santana Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer para o primeiro plano a discussão sobre o ambiente da coexistência inter-paradigmática na modernidade avançada entre modelos de organização econômica da sociedade, fazendo um paralelo entre a economia de mercado e alguns modelos de organização alternativos, como a economia solidária, o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva. Após a derrocada socialista, sobretudo, vários movimentos anti-capitalistas foram detonados, atribuindo ao modelo neoliberal as mazelas causadas no ex-Terceiro Mundo. Para este debate sobre os modelos estudados, esta pesquisa bibliográfica de cunho descritivo se fundamentou, nas contribuições teóricas de autores clássicos como, Adam Smith, Friedman, Guerreiro Ramos e Marcel Mauss. Também foi possível desfrutar das contribuições de pesquisadores da matéria como Oliveira, Giddens, Caillé, Godbout. Laville, França Filho e, Dias e Cairo, que apontaram o *estado da arte* da economia na aurora do século XXI.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Modelo paraeconômico; Paradigma da dádiva.

### THE EMPIRE PERSISTS? MARKET ECONOMY AND ALTERNATIVE APPROACHES A BRIEF THEORETICAL ANALYSIS INTERPARADIGMATIC

### ABSTRACT

This article aims to bring to the fore the debate on the environment of inter-paradigmatic coexistence between modernity in advanced models of economic organization of society, making a parallel between the market economy and some alternative organization models such as solidarity economy, the paraeconômico model and the paradigm of the gift. After the socialist debacle, above all, various anti-capitalist movements were detonated, giving the neoliberal model the wounds caused in the former Third World. For this debate on the models studied, this literature of descriptive nature was based, the theoretical contributions of classic authors such as Adam Smith, Friedman, Guerreiro Ramos and Marcel Mauss. It was also possible to enjoy the researchers contributions of matter as Oliveira, Giddens, Caillé, Godbout. Laville, France and Son, Dias and Cairo, who pointed out the state of the art economy at the dawn of the twenty-first century.

**Keywords:** Social economy; Paraeconômico model; Paradigm of the gift.

**JEL:** B12; B15; B59.

<sup>1</sup> Economista, Contadora, Pós graduada em Metodologia do Ensino Superior, Mestre em Economia e Doutora em Administração. Professora Adjunta da FCC-UFBA.

<sup>2</sup> Ministério do Trabalho e Emprego-TEM.

<sup>3</sup> Petrobrás S. A/ Universidade Federal da Bahia-UFBA.

<sup>4</sup> Instituto Federal de Educação Tecnológica-IFBA.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante todo o século XX, e particularmente após a Segunda Guerra Mundial, dois grandes modelos de organização da sociedade e da produção econômica conviveram, lado a lado, cada qual dividindo e controlando cerca de metade do mundo. A economia de mercado, polarizada pelos Estados Unidos, e a economia planejada, polarizada pela União Soviética. O final do século XX revelou uma clara vitória da economia de mercado e da democracia liberal, após a implosão do mundo comunista e “conversão” de muitas ex-repúblicas à economia livre. Entretanto, apesar de hegemônica e triunfante, a economia de mercado não é consenso. Especialmente após a morte do socialismo (GIDDENS, 1998), miríades de movimentos, muitos de cunho anarquista explodiram no mundo inteiro contestando a economia de mercado e a democracia liberal, atribuindo a elas boa parte dos males do ex-Terceiro Mundo. Diante desse quadro sucintamente apresentado, a questão de partida que norteia a pesquisa é: Como se apresenta o ambiente onde coexistem vários tipos de Economia? Que pontos mais relevantes é possível encontrar nesse paralelo?

Para responder o referido problema, o trabalho seguirá os seguintes passos: abordar-se-á na seção 1 (um) a economia de mercado, primeiro seu caráter teórico-filosófico, e depois seu funcionamento. Logo a seguir, na seção 2 (dois), serão analisadas as abordagens alternativas, primeiro a economia solidária, seguida pelo modelo paraeconômico e por fim, o paradigma da dívida, salientando que este último vem buscar romper e transcender a dicotomia economia livre/planejada, capitalismo/socialismo, duelo que dominou o século XX. Longe de esgotar a matéria, mas com uma visão focada nos pontos de maior relevo nessa coexistência de modelos, espera-se apresentar o estado da arte da economia na aurora do século XXI, ressaltando os pontos mais relevantes nesse paralelo na coexistência da economia de mercado e os modelos alternativos aqui discutidos.

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar o ambiente da coexistência inter-paradigmática na modernidade avançada, fazendo um paralelo entre pontos de relevo da economia de mercado e de alguns modelos de organização alternativos. Para tanto, serão caracterizadas a economia de mercado em seus fundamentos e pressupostos filosóficos e teóricos, bem como das correntes que se afirmam como suas opositoras. Esse sentido, serão destacadas especialmente três abordagens

alternativas à economia de mercado: a economia solidária, que se constitui numa retomada da antiga economia social (conhecida também como socialismo utópico), o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva, que buscam romper justamente com os pressupostos teórico-filosóficos da economia de mercado.

## **2 ECONOMIA DE MERCADO: FILOSOFIA E FUNCIONAMENTO**

Para se entender como funciona uma economia de mercado, é preciso transpor a urgência que a modernidade nos imprime, sem pressa e sem simplificá-la. Isso indubitavelmente implica em deixarmos de lado elementos fundamentais que se encontram entrelaçados em um contexto maior, e que conforma uma autêntica filosofia moral.

Pretende-se aqui apresentar alguns fundamentos interpretativos do que se pode entender como uma economia de mercado. Assim, será necessário um retorno aos *clássicos*, particularmente aos feitos de Adam Smith, dando ênfase aos aspectos relevantes ao entendimento da ‘alma’ da economia mercantil latente nos seus escritos. Também, abordaremos aspectos outros do quadro teórico-evolutivo a respeito da realidade econômica capitalista, entre as quais está a ‘revolução utilitarista-marginalista’. Também contaremos com a contribuição de Karl Marx.

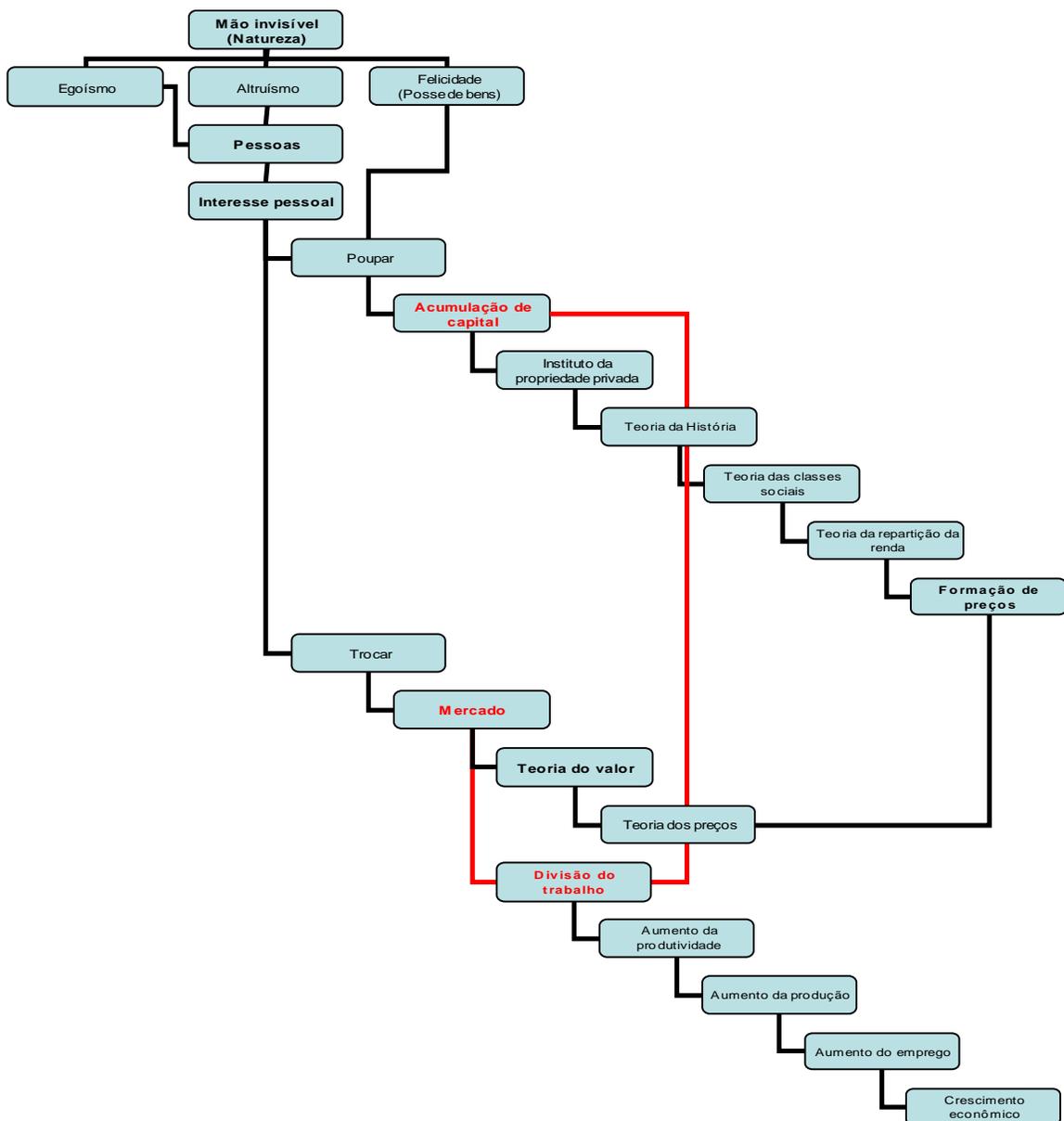
Considerado o pai da ‘lúgubre ciência’, Adam Smith é um dos principais mártires da ciência econômica. No seio do século XVIII, Adam Smith estruturou segundo as suas convicções liberais, o estudo do sistema econômico capitalista na sua acepção mais moderna. Segundo Oliveira (2008), sistema que se caracteriza por ser constituído por economias de mercado, onde as decisões de produção são descentralizadas e a livre iniciativa é peça-chave da engrenagem.

As bases filosóficas e éticas dos atores que compõem a cena do *system of natural liberty*, termo de Smith ao denominar o sistema econômico de mercado analisado em sua época, são relevantes para uma aproximação à realidade analisada por Smith acerca do funcionamento da economia de mercado. É a partir da obra *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), que Smith propaga o aparato filosófico, psicológico, ético e metodológico dos seus trabalhos recorrentes, e nesta escrita, por razões óbvias, destaca-se *A Riqueza das Nações* de 1776.

Em *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith parte do pressuposto da imagem do homem como ele verdadeiramente se percebe, demonstrando sua preocupação em entender as paixões que o movem. Influenciado pelo pensamento realista de Maquiavel, do experimentalismo de David Hume e de Francis Hutcheson, o livro *Teoria dos Sentimentos Morais* demonstra como os juízos éticos são formados a partir da experiência e da imaginação. Para Oliveira (2008), as normas morais seriam, pois, produções sociais, sendo a convivência entre os homens fonte definidora da moralidade. Continua o autor (2008) suscitando que “para deixar clara tal assertiva, Smith recorre à ideia de *simpatia*, princípio da natureza humana que leva o homem a entrar na situação dos outros e compartilhar suas paixões. Smith busca então compreender a natureza humana mesma, e as construções sociais definidoras da moralidade, reconciliando, em última instância, o auto-interesse individual com o ordenamento social desregulado”.

A partir da análise smithiana que tem como foco o indivíduo e seu interesse pessoal, duas características são colocadas em relevo, quais sejam: qualquer indivíduo se preocupa em *poupar*, e *trocar*. A inata tendência a *poupar* está atrelada ao fato de o homem livre viver o presente projetando o que acontecerá no futuro, uma espécie de se precaver diante das incertezas. A segunda característica, a *troca*, surge da necessidade de interação, especialização e as implicações de sobreviver em sociedade. Então, tais características do homem são essenciais para entendimento adequado da análise smithiana do que possa vir a ser uma economia de mercado. Dessa forma, elas são o ponto de partida para o nexos de ações e sua complexidade desenvolvido por Smith através das suas teorias explicativas que estão aqui sumarizadas na figura 1, e discutidas ainda nesta seção.

Figura 1 - System of perfect liberty



Fonte: elaboração própria com base na economia de mercado pensada por Adam Smith.

Dentre as várias percepções de Smith indicadas na Figura 1, o autor deixa claro que a consequência básica da tendência inata a poupar é a acumulação de capital, pressuposto essencial para o aumento da produtividade, dependendo esta, de um elemento central, o instituto da propriedade privada. A interação entre tal fato e a lógica do mercado complementam a acumulação capitalista na fundamentação acerca do aumento da produtividade, e o consequente incremento da *riqueza das nações*. Sobre esse fato, Oliveira (2008) acrescenta que “Quanto mais amplo o

mercado, maiores as trocas e, por conseguinte, maior divisão do trabalho. Divisão social do trabalho é fator-chave no aumento da produtividade e, logo, da produção, do emprego e do crescimento econômico. A divisão do trabalho encontra-se fundada numa lógica interacionista entre o trocar (o mercado) e o poupar (a acumulação de capital), e é a semente basilar de uma economia de mercado.”

É possível afirmar, a partir da breve discussão que o ponto crucial da teoria econômica para Adam Smith é o aspecto social da produção. Dito de outra forma, a *riqueza das nações* é tomada como resultado do trabalho do homem, se detendo em questões especificamente humanas e sociais do trabalho, com a maior ou menor eficácia sobre a forma como a *divisão social do trabalho* é empregada no processo. A exemplo desse raciocínio, está a sua *Teoria do valor-trabalho*, fundamentada na importância da incorporação do valor de troca e da quantidade de trabalho nas mercadorias intrinsecamente.

O *princípio da mão-invisível* de Smith fundamenta-se na ideia do interesse individual, segundo a lógica do *system of perfect liberty*. Tal princípio se apresenta como uma espécie de “mescla” atuando na realização do objetivo difuso e ao mesmo tempo totalizando os mais diversos objetivos individuais. Isso se verifica nas palavras do próprio Smith (1976) nos primeiros capítulos da obra: “It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we can expect our dinner, but from their regard to their own interest” (SMITH, 1976, p. 14).

Nesse caminho, um outro fator humano merece considerações, a felicidade smithiana que se concebe a partir da acumulação de bens materiais. Ademais, com influências do *hedonismo*, para Smith é preciso buscar a maximização do prazer com o menor esforço. Nesse exato sentido, integrar liberdade e felicidade é possível de se atingir no âmbito de numa economia mercantil, seguindo o lema dos fundadores dos Estados Unidos da América: *life, liberty and the pursuit of happiness*.

Alguns aspectos centrais do pensamento de Smith acabam por se tornar relativamente menos importantes com o acontecimento da revolução marginalista, destacando-se nessa discussão, a mudança de foco do significado do “valor” construído, perpassando do valor de troca para o valor de uso, a utilidade *per sí*. A racionalidade utilitarista e maximizadora então é colocada em primeiro plano na análise da economia. Sobre esse aspecto, Oliveira (2008) coloca que “uma das características marcantes da economia de mercado analisada por Smith em sua

obra é a interação dos interesses individuais que constroem o liame social. A mão invisível seria, em última instância, o elemento ordenador entre o egoísmo e a simpatia humanos. Juntamente com a concepção de ser humano que a mesma carrega subjacente, vem à tona a importância do trabalho e da interação social dentro da economia de mercado como pilar fundamental de sua própria existência, demarcando o território da interdependência. Com a nova visão utilitarista, algo desse *approach smithiano* é perdido nas análises econômicas, embora acreditemos que o mesmo continue válido enquanto modelo de compreensão da economia de mercado de forma verdadeiramente aprofundada, indo para além da aparência”.

A partir de alguns pontos brevemente levantados do quadro teórico-filosófico descrito, cabe-se adensar elementos que constituem uma economia de mercado, que possam caracterizar a formação econômica mercantil, de forma singular e específica. Essa breve análise coloca-nos em um campo de discussão no qual Karl Marx trouxe formulações significativas a respeito da economia de mercado, especificamente a capitalista. Marx tenta evidenciar a visão do valor, como valor de troca “embutido” na mercadoria.

Líder intelectual na concepção da nova economia política, Karl Marx fez uma análise profunda das leis do funcionamento do Capitalismo sob uma perspectiva histórica julgando que a base econômica da sociedade exercia enorme influência sobre a construção social e suas modalidades de pensamento. Ao condenar o Capitalismo, ele afirmava que os homens se diferenciavam dos animais no momento em que, para satisfazerem suas necessidades, criavam ferramentas e com elas submetiam e transformavam a natureza.

O modelo pré-capitalista no qual havia a sociedade mercantil simples, Marx observou que as mercadorias eram primeiramente produzidas para depois serem trocadas no mercado. Nessa realidade, todos (artesãos/camponeses) possuíam os meios de produção e trocavam as mercadorias entre si, não havia, em tese, a subordinação. Percebe-se que na economia mercantil simples, havia os princípios da distribuição e apropriação concentrados na figura do produtor/trabalhador independente. Essa relação pode ser assim exibida na Figura 2:

Figura 2 - Relação produtiva da economia mercantil simples



Fonte: Elaboração própria baseada na construção de Karl Marx

Onde M é a mercadoria<sup>5</sup>, que, para Marx, era a origem do valor, uma vez que nela estava o trabalho humano incorporado, D representa o dinheiro, fruto da venda de M, e M' a mercadoria com um *plus* no seu valor original M. Na economia capitalista, entretanto, a mercadoria é um meio. O que importa é o dinheiro, ou melhor, o aumento do dinheiro. Em função das oportunidades de lucro, os objetos eram produzidos pelo Capitalismo ao sabor da exploração do trabalhador que, para garantir sua sobrevivência, produzia, sob submissão às leis hostis do mercado (HUNT, 1986). Para isso, o capitalista vai ao mercado e, ao adquirir mercadorias (força de trabalho e meios de produção), as incorporam no processo produtivo objetivando a valorização do seu capital. Vê-se que o sistema está voltado para ampliação do valor. Nessa trajetória, nova forma de organização social fez-se presente e a acumulação de capital impôs uma nova lógica de desenvolvimento onde o meio ambiente era, mais uma vez, um instrumento que seria transformado para alimentar o regime de acumulação que se instaurava. Essa relação pode ser mostrada na Figura 3:

Figura 3 - Relação produtiva da economia capitalista



Fonte: Elaboração própria baseada na construção de Karl Marx

Em P, dá-se todo o processo de intervenção humana na natureza, atendendo à lógica da acumulação de capital e subordinando a apropriação da natureza ao capitalismo, projetando para o futuro - os dias de hoje - o comprometimento do meio ambiente e, por extensão, da preservação da vida humana.

Retornado a análise smithiana, alguns elementos merecem destaque na constituição da economia de mercado, segundo Smith: *As regras de justa conduta*, a *divisão social do trabalho* (considerada por muitos economistas o melhor e mais

<sup>5</sup> Para Marx, as mercadorias eram, basicamente, objetos destinados à troca no mercado.

eficiente meio de cooperação humana), a *soberania do consumidor*, o *sistema de preços*, a *função empresarial*, ( descoberta de oportunidades de obtenção de lucro), o *lucro e a perda empresarial*, (como uma espécie de sentimento de incerteza dos indivíduos quanto à futura composição da oferta e da procura que determinará o sistema de preço), a *competição* e, o que se pode considerar como elemento essencial para se compreender a lógica de funcionamento mesma de uma economia de mercado, a *liberdade de iniciativa*. E finalmente, Smith coloca a *desigualdade de riqueza e de renda* como um último elemento que define o cenário econômico de mercado.

Oliveira (2008) acrescenta que “alguns pressupostos devem ser considerados quando da análise acerca do funcionamento eficiente de uma economia de mercado. São eles: a) os agentes econômicos devem ter liberdade de ação, não devendo existir qualquer tipo de coerção por parte de particulares ou de autoridades governamentais, salvo as necessárias regras do jogo; b) os preços vigentes devem necessariamente espelhar o grau relativo de escassez de bens e serviços; c) as trocas realizadas pelos agentes econômicos necessitam ser uma soma positiva; d) os agentes econômicos agem racionalmente, podendo internalizar os ganhos que teriam direito ou externalizar os custos de suas ações sobre terceiros; e) existência de divisibilidade na oferta e demanda por bens e serviços.”

Todavia, o funcionamento equilibrado de uma economia de mercado se apresenta marcado por várias falhas de mercado, um dos aspectos mais hostilizados pelos críticos do modelo mercantil, e que vem abrindo brechas a calorosas discussões históricas no campo da Economia. Vale aqui destacar que críticas ao modelo mercantil de organização econômica são triviais. A hegemonia da economia de mercado no mundo é um dos pontos que suscita grande controvérsia. Em verdade, é possível identificar vários modelos de economia de mercado, que em alguma medida são mais ou menos próximos desse modelo brevemente aqui discutido. Muito embora haja diferenças, a valoração da iniciativa privada, da liberdade, da divisão do trabalho, dentre outros aspectos que têm suas origens no *system of perfect liberty* analisado por Smith há mais de três séculos, são características encontradas em maior ou menor grau nos variados modelos derivados.

### **3 ABORDAGENS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA**

Evidentemente, hoje o mundo é dominado pela economia de mercado, em suas mais diversas matizes, desde as vertentes mais ultraliberais até a social-democracia do *Estado do Bem Estar*. O socialismo resiste em seus últimos estertores somente na Coreia do Norte. A ex- URSS e o Leste Europeu abraçaram o capitalismo, junto com a China, que politicamente ainda se afirma comunista, apesar de comportar-se como a próxima potencial mundial como mercado capitalista. Entretanto, a economia de mercado e o fenômeno da globalização encontram resistência em todo o mundo por parte de pessoas que sofrem com fenômenos como a fome, pobreza, miséria, guerra, epidemias etc. Essas pessoas e organizações geralmente pecam por não apresentarem alternativas exequíveis a nível global àquilo que condenam. Porém, nas últimas vêm surgindo propostas alternativas à hegemonia da economia de mercado, tais quais: a economia solidária, o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva que ora apresentaremos, a seguir, em suas ideias centrais.

#### **3.1. Economia Solidária**

Uma alternativa a economia de mercado que vem surgindo vigorosamente a partir da década de 80 é o fenômeno da Economia solidária. Como vê-se, a economia baseada na dinâmica de mercado tem características próprias ora destacadas na seção anterior, distinguindo-se em grande teor da proposta de uma economia solidária que aqui será abordada de forma breve.

A partir de uma expansão acelerada do movimento associativo e comunitário em todo o mundo, considerando as especificidades de cada contexto histórico, social e cultural em que se situa, a economia solidária está relacionada a aspectos econômicos, políticos e sociais e tem avançado como uma nova forma de produção na modernidade avançada. Entretanto, nos limitaremos aqui ao discurso sobre os aspectos econômicos, uma vez que esta pesquisa teórica tenta fazer um breve paralelo entre diversos modelos de organização da economia. Parte-se da ideia que a economia solidária é uma espécie de amálgama de economias, ou seja, a possibilidade de uma combinação de uma economia mercantil, não-mercantil, monetária e não-monetária. Ademais, o que é perceptível é que a economia solidária apresenta mais um traço característico: a construção conjunta da oferta e da

demanda baseada nas necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações, diferente do que acontece com a lógica onde a defende-se o mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação, independentemente da ação estatal (Princípio do liberalismo) o que poderíamos denominar de um *sistema perfeitamente competitivo* que, segundo Adam Smith, o papel do estado na economia deveria corresponder apenas à proteção da sociedade contra eventuais ataques e à criação e manutenção de obras e instituições necessárias, mas não a intervenção nas leis do mercado e, conseqüentemente, na prática econômica. Ou ainda, diferente do que acontece com a lógica onde o governo tem um papel econômico significativo, denominado de *sistema de mercado misto*, no qual a atuação do governo justifica-se como objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas e distributivas, além de almejar a melhoria do padrão de vida da coletividade<sup>i</sup>.

Assim, pensar em uma outra forma de organização econômica, expressa uma alternativa a essa economia de mercado tão proclamada pelo clássico e precursor da moderna teoria econômica. Em verdade, tratar da economia solidária significa pensar em uma forma de economia oriunda da sociedade civil e dos meios populares, através de ações associativistas e cooperativistas que estão em fase de conformação em diversas partes do mundo. Tais ações, a depender do contexto em que se situa e de seu objetivo, assumem diferentes configurações, seja atuando em interface direta com o mercado, firmando parcerias com os poderes públicos, ou utilizando formas de reciprocidade, ou, como lhe é mais característico, fazendo um *mix* dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Como principais fatores determinantes sob a perspectiva econômica estão a crise do emprego e a exclusão social no processo de busca de alternativas. Nesse sentido, trabalhadores podem se organizar de forma autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, o que provavelmente os farão capazes de melhorar as suas reais condições de sobrevivência. Contudo, vale ressaltar que o objetivo da Economia Solidária não está limitado à geração de emprego e renda, um dos seus pilares está em constituir novas relações sociais baseadas nos valores de solidariedade e da cooperação, que favorecem a interação do cidadão no meio social. Segundo França Filho (2003): “A ideia de economia solidária reflete a própria

ação de grupos locais na tentativa de auto geração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais”.

O que se percebe é que o fenômeno da economia solidária se apresenta numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, o que abre precedentes para pensar em uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, desfocalizada das esferas do Estado e do Mercado.

Como alternativas de transformação da realidade econômica dos excluídos e demais parcelas da população que buscam uma outra economia pautada na solidariedade, os empreendimentos da economia solidária podem constituir-se como algo significativo. Tais empreendimentos são representados por cooperativas populares, associações, bancos populares e clubes de trocas. Há ainda configurações como: Entidades de Apoio e Fomento (EAF), compostas, por exemplo, de incubadoras de universidades e de diversos tipos de entidades organizadas da sociedade civil; instâncias governamentais, que tem como maior exemplo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); e fóruns e redes de articulação, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Todavia, tais iniciativas possuem características próprias que ainda precisam ser analisadas de acordo com as suas especificidades.

Alguns estudos sobre o assunto mostram que se sabe como fazer funcionar uma economia baseada no interesse individual (ou seja, baseada no mercado), mas ainda não se sabe como fazer funcionar uma economia fundada na solidariedade. Ou seja, ainda não existe um novo modelo a se implementar, nem se conhecem os elementos definidores da sustentabilidade em tais práticas.

### **3.2. O Modelo Paraeconômico**

Segundo Guerreiro Ramos (1989), é *unidimensional*, o modelo que delinea os sistemas sociais ora predominantes, que considera o mercado como o “senhor da razão” seja nos negócios pessoais como nos negócios sociais. Tal modelo comunga com a teoria econômica clássica (que tem como precursor Adam Smith, e seus principais seguidores: David Ricardo, Stuart Mill, Jean B. Say e Thomas Malthus) que sustenta os pilares de uma sociedade que não é concebida como uma realização estática da humanidade que continua se reproduzindo, intocada e

imutável, de uma geração para a seguinte. Ao contrário, para estes clássicos, a sociedade é vista como um organismo que tem sua própria história de vida. Sem dúvida, na íntegra, o *The Wealth of Nations* de Adam Smith é um grande tratado de História que explica como é “o sistema de perfeita liberdade”, ideia basilar de uma economia de mercado, denominada de *unidimensional* por Guerreiro Ramos (1989).

Em sua obra *A Nova Ciência das Organizações*, o autor faz uma discussão sobre o que ele denomina de *modelo multidimensional*, uma espécie de modelo alternativo ao de mercado (o que ele denomina de *modelo unidimensional*), abordando seus impactos mais notáveis na formulação dos sistemas sociais que coexistem neste ambiente de mercado. Considerado pelo autor como “enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado”, o *paradigma paraeconômico* é proposto como algo mais razoável para a sociedade.

A sociedade, segundo o autor, é constituída de uma variedade de enclaves, onde o mercado é apenas um e não o único e que o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas. Ademais, ele considera que há um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais.

O entendimento que se tem deste padrão proposto pelo autor, é que este parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há discontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Tal visão parece ser bem distinta da abordagem tradicional de economia de mercado, na qual as decisões das empresas estão subordinadas à determinação da existência de um vetor de preços que compatibilize as decisões individuais. Com alto grau de abstração desses pressupostos, a concorrência perfeita é o modelo padrão considerado na economia de mercado, onde os agentes não rivalizam entre si e se deixam disciplinar pelo mercado (KUPFER, 2002).

O indivíduo, segundo as prerrogativas da *unidimensionalização*, internaliza profundamente o caráter do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais. Heilbroner (1996), baseado na ideia de economia de mercado de Adam Smith, tem algo a contribuir sobre esse assunto suscitando como os interesses individuais subsistem a direção do interesse próprio individual em um ambiente de indivíduos similarmente

motivados pode resultar em competição; além disso, demonstram como a competição irá influir no provisionamento das mercadorias que a sociedade quer, nas quantidades que a sociedade exige e nos preços que a sociedade está apta a pagar.

Mais especificamente, conforme a abordagem unidimensional da organização, assim denominada por Guerreiro Ramos (1989), explica “inadequadamente” que o interesse pelas pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias. Acrescenta ainda que: “E esse é, precisamente, o erro característico das atuais tendências do pensamento e da prática, no campo organizacional” (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais, e quanto mais a atividade humana é considerada administrativa, menos é ela uma expressão de atualização pessoal. Ou seja, no contexto de uma economia baseada nas leis de mercado, a palavra “comportamento” significa aquilo que se espera que as pessoas façam, em sua qualidade de detentoras de emprego. Isso nos remete a pensar que o comportamento administrativo consiste na atividade humana sob prescrições operacionais formais e impostas. Para o Guerreiro Ramos (1989), “o uso inadequado da expressão comportamento administrativo é, ele próprio, uma indicação do caráter unidimensional da teoria e da prática organizacionais do momento.”

Um outro ponto importante a ser ressaltado sobre esta abordagem unidimensional (contexto do mercado), é que a teoria administrativa vigente dá legitimidade ao crescente processo de superorganização e de despersonalização do indivíduo. Tal processo de superorganização ocorre com a transformação de toda a sociedade num universo operacionalizado, em que o indivíduo desempenha papéis. Nesse universo, “Preso continuamente a uma trama de exigências sobre método e organização, o indivíduo acaba por aceitar uma visão pré-determinada da realidade.” (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Assim, nessa realidade “superorganizada”, vê-se o segundo processo que é o de “despersonalização do indivíduo”. Não seria ocioso afirmar, que o indivíduo perde a sua identidade pessoal.

Diante desta discussão, para o autor, uma arte multidimensional de desenho de sistemas sociais não pode desprezar os efeitos psicológicos das prescrições operacionais. Agora, o que é de fato relevante destacar, é que essa arte

multidimensional também não elimina as prescrições do mundo social, que são, em verdade, indispensáveis à manutenção e ao desenvolvimento que suporta qualquer coletividade. Essa arte interessa-se pela delimitação dos enclaves sociais em que cabem essas prescrições do mundo social (Já em relação às prescrições operacionais, estas são mínimas no desenho multidimensional de sistemas sociais).. Vale chamar a atenção que tais enclaves não existem em partes segregadas do espaço físico. Como salienta o autor, “economias, isonomias, fenomenias e suas formas mistas caracterizam-se por seus estilos específicos de vida e, eventualmente podem ser encontradas em vizinhança física” (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Dias e Cario (2014) afirmam que a abordagem substantiva das organizações, ensaiada por Guerreiro Ramos (1989) com base na abordagem substantiva da economia, por sua vez, mostra que o paradigma paraeconômico pode ser utilizado para a estruturação de um sistema político de visão também substantiva de alocação dos recursos, levando à melhoria qualitativa da vida em sociedade.

Enfim, grosso modo, o paradigma paraeconômico explica em muitos aspectos uma categorização de tendências básicas da emergente sociedade pós-industrial, não pressupondo portanto, uma concepção evolutiva do processo histórico e social. Em verdade, o que é notável, é que o objetivo de tal paradigma não é a supressão do mecanismo de mercado, mas a preservação somente das capacidades sem precedentes que o mesmo criou, ainda que pelas razões erradas. Dessa forma, pode ele atender às metas de um modelo multidimensional de existência humana, numa sociedade multicêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Assim, levando para o lado organizacional, tal paradigma, segundo o mencionado autor, tem como um dos seus objetivos, formular diretrizes de uma nova ciência organizacional, em sintonia com as realidades operativas de uma sociedade multicêntrica, bem distinta da economia de mercado baseada nas teorias clássica e neoclássica que aponta para a habilidade dos mercados para coordenar a produção econômica e efetuar as transações a um custo baixo e sem planejamento governamental além da despersonalização do indivíduo.

### **3.3. O paradigma da dádiva**

O paradigma da dádiva vem se contrapor aos paradigmas dominantes nas ciências sociais: o paradigma holista e o paradigma do individualismo metodológico.

Para Mauss, em seu célebre *Ensaio sobre o dom* de 1924 (CAILLÉ, 2002), as abordagens dominantes não contemplam a totalidade da realidade humana, querendo encaixá-la dentro de um modelo meramente conceitual.

Para Mauss, segundo Caillé (2002), de acordo com o primeiro paradigma, o homem é um prisioneiro de estruturas e instâncias superiores a ele, sobre as quais ele não tem nenhum controle e às quais ele deve se subordinar. Dessa forma, todo o comportamento humano é explicado em virtude dessas estruturas. Isso é verificado especialmente na teoria marxista, de uma luta de classes eterna que se arrasta desde os primórdios da civilização e nas abordagens de infra-estrutura e super-estrutura, que engolem a pessoa humana, essencialmente um “feixe de relações”. Já o paradigma individualista-metodológico cai no extremo oposto. Para ele, o homem é um ser atomizado, regido por seus interesses e desejos, que não podem ser regulados por fator externo nenhum. De acordo com os estudiosos do paradigma da dádiva, as abordagens teórico-filosóficas que deram sustentabilidade às idéias que fundamentaram a emergência da economia de mercado se encontram neste segundo paradigma, ao passo que as idéias contestatórias predominantes nos séculos XIX e XX se enquadraram no primeiro paradigma. Portanto, a dádiva, conhecido como o terceiro paradigma (CAILLÉ, 2002) vem se apresentar como algo novo.

O pesquisador Marcel Mauss, fazendo uma análise etnológica de diversas sociedades primevas e hodiernas, identificou que estas as abordagens holista e individualista-metodológica não passam de construções conceituais, portanto, fruto de ideologia e preconceito. Segundo a dádiva, o ser humano é essencialmente um ser de relações, alianças (mesmo na sociedade moderna avançada), que se caracterizam no tripé dar, receber e retribuir (CAILLÉ, 2002).

O paradigma da dádiva, também chamado de *paradigma do dom*, vem, assim, corrigir os excessos destas duas correntes de pensamentos e superar sua radicalização insuperável em si mesmas. Para Goudbout (1989), a dádiva é “uma forma de superar a dicotomia indivíduo-coletivo, átomo-estrutura, fazendo das pessoas membros de um conjunto coletivo mais vasto”.

Caillé (2002) chega à conclusão que “a totalidade social não preexiste aos indivíduos como tampouco o inverso, pela simples razão de que tanto uns como os

outros, como a sua posição respectiva, se geram incessantemente pelo conjunto das inter-relações e das interdependências que os ligam” (CAILLÉ, 2002).

No paradigma do dom, “indivíduo e totalidade social são mutuamente transcendentais um em relação ao outro [...] não se dá de um lado a realidade social e do outro as representações coletivas ou os símbolos, mas [...] é a própria realidade social que deve ser concebida como intrinsecamente simbólica” (CAILLÉ, 2002).

O terceiro paradigma, por conseguinte, vem a ser o contraponto e de certo modo, a origem do primeiro e do segundo. Para Caillé (2002), não se poderia compreender a troca e o contrato, típicos da modernidade, sem previamente destacar as suas formas arcaicas e antecedentes, as formas do dom. Mercado de um lado, Estado do outro, individualismo e holismo, portanto não se tornam inteligíveis a não ser como formas especializadas e autonomizadas de uma realidade maior e mais englobante desse fato social total que tem no dom a sua expressão por autonomasia.

Logo, o paradigma do dom é a completude dos dois primeiros, e ao fazer uma experiência completa e profunda destes, se revelará “de maneira evidente a necessidade do terceiro que constitui, no entanto, de fato e de direito, o paradigma primordial” (CAILLÉ, 2002). A dívida é então, *a regra social por excelência, criadora e mantenedora da sociabilidade*. É o *paradigma dos paradigmas*, presente em todas as sociedades em todos os tempos, inclusive em nosso tempo nossa sociedade.

O sistema da dívida não é antes de tudo um sistema econômico, mas o sistema social das relações de pessoa a pessoa. Não é o complemento do mercado ou do plano, mas da economia e do Estado. E é até mais fundamental, mais primordial que eles, como demonstra o exemplo dos países desorganizados (GOUDBOUT, 1999).

Nós só não percebemos isso por estarmos imbuídos de utilitarismo no pensamento ocidental, além do fim da vida comunitária e da emergência da sociabilidade secundária como principal forma de sociabilização na modernidade avançada, em detrimento da sociabilidade primária, não-utilitária, de laços fortes e vínculos estreitos.

O sistema da dívida apresenta intrinsecamente alguns paradoxos. O primeiro paradoxo é o fato de ser anti-paradigmático. A noção de *paradigma*, desenvolvida pelo cientista Thomas Kuhn em seu célebre *A Estrutura das Revoluções Científicas* não se encaixa na noção de dívida. O paradigma é essencialmente um sistema fechado, enquanto que a dívida é paradoxal, pois se constitui de contrários:

“interesse e amância, obrigação e doação [...] oposição entre morte e vida, guerra e paz, rivalidade e aliança” (CAILLÉ, 2002).

Para Caillé, seguindo Mauss, “o antiutilitário deve ter precedência sobre o útil, englobar toda funcionalidade (...) [pois] o que importa mesmo é construir o laço social” (CAILLÉ, 2002). O paradigma do dom, portanto, descoberto por Mauss é afirmação de que “o laço é mais importante que o bem”. O paradigma da dádiva é essencialmente antiutilitário, que não significa negar a utilidade em-si, mas afirmar a preponderância da aliança sobre a utilidade, sendo, de forma paradoxal, a aliança a coisa mais “útil” (CAILLÉ, 2002), pois é ela que gera e mantém as relações sobre as quais as trocas mercantis ou as redistribuições estatais são efetuadas. Outro paradoxo trazido por Mauss, segundo o autor, é que o dom é ao mesmo tempo “livre e obrigatório” (CAILLÉ, 2002).

A tríplice “dar, receber e retribuir” pode ser caracterizada como o *endividamento positivo*, ou seja, cada parte envolvida na relação sente que está recebendo mais do que está dando, sentindo-se sempre estimulado a dar mais, gerando a espiral perpétua da dádiva (CAILLÉ, 2002). Dádiva gera mais dádiva. “É dando que se recebe”, diria São Francisco de Assis.

Percebe-se as prerrogativas das diferenças do sistema da dádiva, o “verdadeiro universal”, (CAILLÉ, 2002), encontrado em todas as civilizações de todos os tempos, fundado no laço, na relação, no vínculo, na amância; e a economia de mercado, que tende a considerar os indivíduos como átomos isolados motivados exclusivamente pelo interesse e pela busca da satisfação individual. Adam Smith já pregava que era esta busca individual que geraria benefícios coletivos, independente da construção do laço social.

O mundo de Adam Smith foi denominado mundo de competição atomista: um mundo no qual nenhum agente do mecanismo produtivo, quer do lado do trabalho ou de capital, era poderoso o bastante para interferir ou resistir às pressões da competição. Era um mundo no qual cada agente via-se forçado a correr atrás de seu interesse próprio dentro de uma vasta liberdade social para tudo. (HEILBRONER, 1996). O autor conclui que as leis do mercado em si são parte integrante de leis maiores que causam a prosperidade ou a queda da sociedade. O mecanismo pelo qual o indivíduo desatento é mantido em contato com todos os demais irá afetar o

mecanismo pelo qual a própria sociedade se modifica ao longo dos anos (HEILBRONER,1996).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da economia de mercado estar sendo contestada por atores alterglobalistas<sup>ii</sup> em todo o mundo, ela é absolutamente hegemônica. Não se vislumbra a médio ou longo prazo, nenhuma alternativa global viável ao capitalismo, as tentativas são extremamente pontuais e acabam por não vingar. Ao contrário do que sempre disseram os catastrofistas, de que o sistema capitalista iria desmoronar sobre si mesmo, ele vem conseguindo adaptar-se desde o seu início, e apesar de todos os males denunciados, produzir uma prosperidade sem precedentes em toda a história da economia mundial. Portanto, o mais provável é que os gestores do sistema integrem os atores do sistema-mundo, mesmo a custo de algumas reformas dentro do sistema global. Uma mudança global do sistema-mundo, mesmo a longo prazo, é improvável, nas condições atuais.

Portanto, as abordagens alternativas dificilmente conseguirão se impor como uma nova hegemonia, tendendo a permanecer nos interstícios do sistema capitalista e interagindo com ele, numa espécie de economia mista, híbrida, ou plural. A médio ou longo prazo, estas abordagens podem ou serem absorvidas pelo sistema capitalista, ou ajudarem a reformar o próprio sistema. O capitalismo tem uma gigantesca capacidade de adaptação e sobrevivência, e é muito provável que isto aconteça nas próximas décadas.

#### **REFERÊNCIAS**

BUCHHOLZ, Tood G. 2000. **Novas idéias de economistas mortos**. Rio de Janeiro: Record, 2000

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. A relação entre Estado e sociedade no Século 21: a perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 370-403, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GODBOUT, Jacques; CAILLÉ, Alain. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova ciência das organizações- uma reconceituação da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, caps 7, 8 e 9, 1989.

HEILBRONER, Robert. **História do pensamento econômico**. Ed. Nova Cultural Ltda, 1996.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1978.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

KUPFER, David. **Economia Industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, 2002.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A economia de mercado como um sistema de perfeita liberdade: notas a partir do pensamento de Adam Smith. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 88, n. 9, p. 5-10, 2008.

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. 6. ed. 314 p, 1970.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and the causes of the wealth of nations**. Dunwoody, Georgia: Norman S. Berg Publisher, 976 p, 1976.

---

<sup>i</sup> As sociedades resolvem os problemas econômicos fundamentais sob duas formas de organização econômica: economia de mercado, e economia planificada. O funcionamento de uma economia de mercado pode se analisar a partir da análise do *sistema perfeitamente competitivo* ou do *sistema de mercado misto*.

<sup>ii</sup> Há mais ou menos vinte anos, o termo *Alterglobalização* é entendido como o processo de construção de alternativas ao paradigma dominante nas perspectivas econômica, financeira e informativa.